

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 17 DE MAIO DE 1995

*Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; Senhor Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney; Senhor Ministro de Estado da Cultura, Francisco Weffort; Senhores Ministros de Estado; Senhor Governador do Distrito Federal; Senhores Líderes do Congresso Nacional; Senhores Parlamentares; Senhor Presidente do Tribunal de Contas; Senhores Secretários de Cultura; Senhoras e Senhores;*

Eu queria expressar, nesta tarde, a minha satisfação por podermos assinar, como acabei de fazê-lo, uma regulamentação e um decreto que visam facilitar, estimular e promover a atividade cultural no Brasil.

Há muitas razões de júbilo para isso. Primeiro, pelo fato em si. País que se preza, preza a cultura. Estado que é democrático sabe que a cultura não pode ser obra só do Estado, muito pelo contrário. E sociedade que aspira a um papel cada vez mais ativo na redefinição de seus rumos é uma sociedade que apóia a atividade cultural.

É fácil falar e difícil fazer. Estou aqui, hoje, diante do Senador José Sarney, que foi o autor, já mencionado pelo Ministro Weffort, de uma importante lei que estimulou a atividade cultural. Mais tarde, pelos

condicionamentos da política brasileira, houve uma tentativa de redefinição desses rumos. O Senador Sarney me ajudou a que nós elaborássemos um substitutivo à lei, que acabou sendo vigente, que tentava restabelecer um caminho de aproximação entre os produtores culturais, os agentes culturais, o Governo e a sociedade.

Infelizmente, não foi possível chegarmos a bom termo, naquele instante, e o diploma aprovado, finalmente, pelo Congresso, embora meritório, foi objeto de reiteradas críticas, principalmente porque ele emperrava, do ponto de vista burocrático, a possibilidade de estimular efetivamente a atividade cultural. E também porque, de alguma forma, nós temos um Departamento da Receita muito cioso e correto, que, sempre que pode, interpreta muito ao pé da letra – e às vezes contra a letra – as benesses com que, eventual e raramente, o Executivo concorda e que o Legislativo, com a maior magnanimidade, sempre está disposto a conceder.

Então, não foi possível, nesses últimos anos, realmente dispormos de um instrumento que permitisse o apoio efetivo à área cultural, que é o que estamos fazendo hoje, com a iniciativa do Ministro Weffort. E eu me congratulo com ele e com a comissão que elaborou o projeto. Sei das dificuldades de convencimento do próprio Governo, daqueles que vão participar desse esforço, sobre os melhores rumos. Mas tenho a convicção de que a regulamentação aprovada e o decreto que altera os quantitativos disponíveis para o estímulo à cultura são pontos fundamentais para que nós restabeleçamos o liame que tinha sido iniciado com a Lei Sarney. É uma continuidade, nas novas condições, daquele mesmo espírito. E o centro da questão foi dito pelo Ministro: é o esforço da ação do Estado para estimular a cultura dentro da democracia. Fácil de falar, mas também difícil de realizar.

Se me permite o Ministro, que é mais versado nessas artes do que eu, faria algumas pequenas considerações sobre essa dificuldade. No fundo, no fundo, a questão da criatividade cultural, em si mesma, é algo que, de certo modo, parece transcender a regulamentações, a leis, a estímulos e a organizações, no limite – se quisermos ir para um pensamento muito abstrato. Eu até diria que, de alguma forma, quem produz

culturalmente, quem cria alguma coisa ou está endemoniado ou está sagrado. Não se cria no estado natural. Cria-se em ligação com algo que transcende o imediato.

Gosto muito de uma expressão – não sei se era do Trotsky, mas a ele era atribuída, como grande orador que era – que diz que, em certos momentos, pela garganta do grande orador fala Deus. Não é o orador quem domina o que ele está dizendo, é algo que vai além dele. Isso, dito por Trotsky, pode ser contrabalançado com a afirmação de que Deus fala por intermédio dos homens. Mas há algo disso na criação cultural. Há um momento da criação pura que é encantatório e que não há regulamentação que permita estimular.

Por outro lado, nós também sabemos que, sem esse elemento, digamos, de pura criatividade, não há sociedade moderna que resista. Cultura não é somente o cinema, a pintura, a poesia, é muito mais do que isso. É permitir, através do estímulo, que as sociedades se abram – se eu não fosse Presidente da República eu diria: não se “emburreçam” –, e num sentido mais amplo, ou seja, que isso alcance tudo na sociedade.

Nós assistimos, recentemente, à morte dos sistemas que tantas esperanças lançaram para muita gente no mundo, de economias centralmente planejadas, porque eles foram incapazes de dar guarida à criatividade, em última análise, porque o torpor burocrático matou o impulso da criação, e, num dado momento, isso mata a sociedade. O mesmo impulso que leva alguém a ser grande na pintura, ou a natureza desse impulso, não é diferente da natureza do impulso de alguém que cria uma equação matemática – ou, quem sabe, mais modestamente, faz alguma conjuração sociológica de mérito, como a faz Hélio Jaguaribe. É a mesma coisa. Num dado momento, é preciso que haja esse espírito aberto, de aventura, de criatividade.

Bem, as sociedades precisam disso. Mas as nossas sociedades modernas, complexas, organizadas não podem depender do acaso da criatividade. Elas têm que se organizar para suscitar a criatividade. Pode ser que, em sociedades menos complexas, não houvesse o cuidado de uma força política a estimular, porque elas se organizariam, digamos, quase que ao sabor das circunstâncias. Mas, numa sociedade complexa, é pre-

ciso que haja, ao mesmo tempo, uma, eu não diria indução, mas uma organização que estimule, que crie uma atmosfera capaz de permitir a criatividade. Porque senão a criatividade se estiola, e, mesmo que o orador pudesse vir a ser grande, não chega a ser, porque não tem nem com quem falar, nem a quem se dirigir. E o pintor pode ter a intuição, mas ele não tem a escola. Se ele não tem o estímulo, se não tem a cultura necessária para levar adiante aquele impulso, ele se estiola ali, num momento de emoção.

Aí entra a ação de quem vem estimular. Não é estimular para substituir o criador. Isso é insubstituível. Não é estimular, por outro lado, quando se trata do Estado, para dizer à sociedade: “Nós vamos cuidar de tudo.” Isso seria o pior de todos os mundos, pois seria a cultura oficial. Cultura oficial, francamente, não é cultura. É a anticultura – não no sentido moderno de anticultura, mas de sufocar a cultura.

Então, trata-se de criar condições, de organizar, para que a cultura possa produzir-se mais facilmente. E, como se trata de uma sociedade democrática e de um Estado democrático, é preciso fazer isso de um modo tal que aqueles que são os produtores de cultura, e toda a cadeia, não é só o criador, mas toda a cadeia que leva à reprodução da cultura, que leva realmente à constituição de um ambiente favorável à existência de um modo cultural de ser, que toda essa cadeia esteja, por sua vez, muito enraizada na própria sociedade.

E essas leis são para isso. São para permitir que a própria sociedade encontre aí um mecanismo que o Estado estimula aqui e ali, mas um mecanismo que permita a criação de um ambiente favorável a que o criador, ou os criadores, ou a organização que cria, se desenvolvam. É disso que se trata. Difícil? Muito difícil, mas necessário. Necessário, e eu diria insubstituível. E, compreendida deste ângulo, a ação do Estado também é insubstituível.

Comecei a partir da idéia de que a criatividade é algo que, no fundo, é individual. Mas, quando se pensa isso amplamente, sociologicamente, isso requer não só uma certa organização e canais da sociedade, mas estímulos de direção que são colocados no próprio centro do setor político, que é o Estado, da organização política, que é o Estado. E, como o

Estado não pode substituir essa sociedade, temos que ter esses mecanismos fluidos de relacionamento entre uns e outros. É disso que se trata.

É isso que estamos chamando de projeto cultural, um projeto cultural que apenas, neste momento, toma um novo fôlego e que há de se desdobrar através de múltiplas atenções e atuações, não só do Ministério da Cultura, mas principalmente do Ministério da Cultura. E aí eu fico tranquilo, porque tenho certeza de que o Ministro tem demonstrado uma competência extraordinária, uma dedicação muito grande, uma persistência muito grande. E, além disso, o Ministro está ficando mais maduro, porque hoje faz anos. E, cada vez que digo essas coisas, eu paro porque, se digo “Está ficando mais maduro”, e ele foi meu aluno, imaginem eu. Eu estou indo para “o de lá”.

Mas eu tenho, realmente, muita convicção de que, sob a orientação do Ministro Weffort e com o apoio de todo o Governo e, sobretudo, com a sustentação da sociedade, dos produtores de cultura, nós teremos muitas condições de avançar e de progredir.

Há muito que fazer. E não é só pensar a cultura no âmbito que estamos aqui mencionando, das formas talvez mais elaboradas de criatividade. Há que pensar também nas formas mais simples de criatividade. Há que pensar também na própria cultura popular, no apoio, porque isso faz parte também da possibilidade de nós termos uma expressão maior, como Nação, da nossa cultura.

Como devo terminar, porque temos muitas outras atividades hoje, e porque também não quero cansá-los, eu queria terminar dizendo o seguinte: se outras razões não faltassem para eu me congratular com os que aqui estão, pelo esforço que fizeram, e pela presença de todos, pelo apoio que estão dando, muito especialmente ao Vice-Presidente e ao Presidente do Senado, aos Senhores Ministros, aos Senhores Parlamentares que aqui estão e àqueles que vão ser mais diretamente os atores desse processo, haveria uma última consideração a fazer-se. Nós todos sabemos – é uma banalidade o que vou dizer – que hoje existe uma imensa tendência à homogeneização no mundo. A economia está globalizada. Nós, de alguma maneira, temos a informação instantânea. Qualquer um de nós, hoje, está com um computador – saibamos ou

não mexer muito bem e muito à vontade nele – à mão, ao menos para que possamos ter uma informação imediata, em tempo real.

Nesse mundo extraordinário, esse mundo que é uma espécie de “nova renascença”, devemos viver na plenitude este momento da história da humanidade, porque é um grande momento, efetivamente, de grande criatividade, de grandes transformações. Pois bem, nesse mundo que tem, portanto, uma série de forças de homogeneização, há algo que vai permitir um outro tipo de integração e de distinção das nossas nações, que é a cultura. Com toda essa homogeneização, com toda essa integração, há algo que vai marcar a nossa diversidade, que é importante para que possa continuar a haver esse processo civilizatório, e esse algo é a cultura.

Governo que se preza, Governo que quer o desenvolvimento econômico, Governo que está atento à globalização da economia, mas que sabe das responsabilidades nacionais que tem, deve ser, também, um Governo de olhos postos na cultura.

Ministro, vamos aqui, com óculos ou sem óculos, olhar firme para a cultura, porque eu acho que, olhando bem, quem sabe ela se reflita em nós e possa nos ajudar a conduzir melhor este país.

Muito obrigado.